

**SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TUTSIS E HUTUS: A QUESTÃO IDENTITÁRIA
NOS CONFLITOS DE RUANDA (1994)**

Bruna Tais dos Santos*

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

btaiss@hotmail.com

Resumo

O presente artigo busca mostrar que desde o episódio que marcou o genocídio de Ruanda em 1994, muitas questões foram levantadas sobre os motivos que culminaram o assassinato de mais de 800 mil pessoas, em sua maioria tustis, principal alvo desse episódio idealizado pelos hutus. Dentre os motivos que causaram o embate, o presente artigo visa refletir sobre a questão das diferenças física e social, através da análise indenitária da população ruandesa no período pré-colonial e colonialismo belga, com a introdução da carteira de identidade e a discriminação étnica em 1931 acentuando a distinção entre os grupos tutsis e hutus.

Palavras-Chave: Ruanda, Colonialismo belga, Etnicidade, Genocídio.

Abstract

Since the episode that marked the Rwandan genocide in 1994, many questions have been raised as to why the killing of more than 800,000 people, mostly tustis, the main target of this episode devised by the Hutus. Among the reasons that caused the clash, this article aims to reflect on the issue of physical and social differences, through the identity analysis of the Rwandan population in the pre-colonial period and Belgian colonialism, with the introduction of the ID card with ethnic discrimination in 1931. emphasizing the distinction between the Tutsis and Hutus groups.

Key words: Ruanda, Colonialismo belga, Etnicidade, Genocídio.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN).

INTRODUÇÃO

Em 1994 Ruanda viveu um dos momentos mais trágicos na sua história, o massacre de mais de 800 mil pessoas em cem dias, mortas pelos seus vizinhos de maneira mais fria e inimaginável. Durante os cem dias, pessoas de todo o mundo “assistiram” atônico noticiários que tentavam narrar os acontecimentos, de forma desacreditada e sem explicação para o que estava acontecendo. Após 25 anos, as motivações para esta barbárie ainda é uma discussão entre estudiosos que tentam buscar respostas para elucidar as lacunas que culminaram no episódio.

Aos anos que antecedem o genocídio, o país enfrenta um embate progressivo entre dois dos três grupos existentes: tutsis e hutus, a partir de 1959 que também marca o fim do reinado tutsis com a morte rei tutsi Mutara Rudahigwa, começa uma forte pressão de embates provocando a emigração de mais de 336 mil tutsis para países vizinhos (ZHANG, 2016). Embora muito se fale sobre a existência de pequenos embates entre os grupos antes deste período, 1959, nas vésperas da independência, é marcado como ponto crucial de discórdia que borbulham até chegar à erupção que foi o genocídio de 1994.

Uma população reconhecida como um único corpo, os banyarwandas, divididos em subgrupos que inicialmente parece uma classificação local como forma de diferenciá-los segundo as suas raízes de acordo o censo belga de 1933-1934: os Twas, os primeiros habitantes de Ruanda, conhecidos como pigmeus que compõem um por cento da população; os Hutus, grupo majoritário compondo oitenta e cinco por cento da população; os Tutsis, segundo maior compondo quatorze por cento da população¹. Ambos participavam do mesmo tronco linguístico e cultura, se relacionavam entre si sem distinção e partilhavam diálogos e particularidade.

Embora os tutsis não fossem o grupo majoritário, ocupavam os cargos de maiores destaques, desde a supremacia na monarquia à dominância em cargos administrativos e o trabalho com gados que lhes rendia dinheiro e prestígios diante da população, grupo de maior poder aquisitivo e excelência, ser tutsis rendiam status a qualquer cidadão. Enquanto os hutus, maioria no país ficavam encarregados principalmente nos serviços de campo, tinha tanto na questão financeira como no casamento com tutsi a oportunidade de subir de status e ganhar valor social, que o título tutsi propiciava.

¹ Censo realizado pelos belgos com o intuito de emitir as carteiras de identidades. (GOUREVITCH, 2006, p.55).

A história do povo de Ruanda nas bibliografias está sempre envolta desses dois grupos, tutsi e hutu e seus embates, uma história cheia de lacunas pelas ausências de fontes suficientes que comprovem a veracidades dos fatos antes do período de 1994 que culminou na morte de mais de 800 mil pessoas. Mas o que levou esse embate a se transformar em uma panela de água fervilhando?

Sem vilão ou mocinho, este trabalho segue nas seguintes indagações: Como se caracteriza a população de Ruanda? quais semelhanças ou diferenças traçam os grupos que a compõem? De que forma o período colonial se relaciona direta ou indiretamente nas questões sociais deste povo? Para dimensionar essas indagações é preciso compreender que o processo de colonização em Ruanda é feito em dois períodos, no primeiro período com a liderança alemã e depois a liderança belga após a vitória na guerra mundial de 1918.

A colonização belga em Ruanda marca o período de grande hostilidade entres os grupos, uma vez que autores como Philippe Gourevitch, Michel Sitbon, dentre outros, atribuem ao período maior das diferenças de acentuação e prioridades, gerando uma trajetória de conflitos intensos que resultou no genocídio.

A estrutura organizacional das divisões de classes

Ruanda é um pequeno país do continente africano localizado na região dos Grandes Lagos da África centro-oriental, com área aproximada de 26.338 km², fazendo fronteira com a República Democrática do Congo (ex-Zaire), Uganda, Tanzânia e Burundi. Os povos habitantes de Ruanda eram, antes do processo de colonização nos fins do século XIX reconhecidos entre si por uma única etnia e tronco linguístico, os Banyarwanda, população ruandesa divididos em três sub-grupos: Tutsi, Twa, Hutu, que desenvolviam importantes elos para a cadeia de comando na época, como destaca Shyaka (2005).

Um político e acadêmico de Ruanda, embora existam algumas divergências na história sobre a origem desses grupos, uma vez que a história da África, não somente no caso de Ruanda era comumente oral, sem suficiência de dados comprobatórios que atestam sua versão período pré-colonial, como no caso da classificação da origem dos grupos tutsi, hutu e twa, e os embates que marcaram o atrito das diferenças entre os grupos tutsis e hutus.

A representatividade populacional de acordo com os estudos levantados pelo comitê da república de Ruanda (1999) traz que os primeiros habitantes de Ruanda foram os twas que corresponde a 1% da população, considerados um grupo pigmeu, população de baixa estrutura, caçadores e moravam próximo da floresta. Os hutus que compõem a média 85% da

população, maioria entre os três grupos existentes, ocupavam as camadas mais baixa e viviam do trabalho de campo.

Os tutsis é o segundo maior grupo, ocupavam as camadas mais altas da região, pertenciam uma taxa média 14% da população (censo belga 33/34), os tutsis trabalhavam com gados e/ou trabalhos administrativos (em predominância, comparado aos hutus), era considerado os que tinham maior poder aquisitivo entre os banyarwandas. Embora traga essa descrição dos tutsis ocuparem as camadas mais altas da região e os hutus as camadas mais baixas, no ofício de 1999 do escritório do presidente da república de Rwanda.

Relatam que as referências dos tutsis, hutus twas dividiam os mesmos espaços geográficos, não havia uma região que pertencesse exclusivamente a tal grupo, mas sim uma habitação mista que partilhavam da mesma língua e cultura; completando uns aos outros em suas necessidades diárias:

There was no region for Hutus, no region for Tutsis or Twas. All of them had a mixed housing. They helped one another based on being neighbours (and there is a say that "neighbours give birth to children who look like each other"). In a few words, before the White People's arrival, all Rwandans had unity which was based on one King and patriotism, spoke the same language, had the same culture, the same belief and tried hard to be in peace and live together, completing each other in their daily needs.

(REPUBLIC OF RWANDA, 1999, p.8).

Sobre a questão econômica e social entre tutsi e hutu, segundo o historiador Danilo Fonseca (2016) traz uma definição bem clara sobre a distinção dessa distribuição e uma observação sobre a questão dos gados serem determinados como fator de presença social/status, maior poder aquisitivo, sendo que quem possuía mais tinha maior visibilidade na sociedade como cita abaixo:

Os Tutsis eram majoritariamente pecuaristas, os hutus eram agricultores. A posição de pecuarista dos tutsis estava mais vinculada ao seu prestígio social, já que o gado criado não era destinado ao abate e ao consumo de carne, mas sim ao imperativo de acumular, pois quanto mais gado um tutsi possuía mais prestígio ele conseguiria frente à sociedade.

Já os hutus eram agricultores, produzindo os alimentos que seriam consumidos por toda a sociedade, inclusive os seus senhores tutsis. Tal posição social não lhes trazia prestígio, muito pelo contrário, já que ficavam subjugados à disponibilidade dos terrenos dos tutsis para garantir o seu sustento (FONSECA, 2016, p.226)

A atividade de pecuarista era exercida pelos tutsis, pois os hutus não sabiam trabalhar com gados e isso os deixava frustrados, ficando a cabo dessa atividade aos senhores tutsis que

para o trabalho de suas terras, se serviam da mão de obra hutu, como evidencia Hatzfeld (2005). De forma simplista e com base nos levantamentos mencionados a distinção econômica de maior evidência ainda com base no período até 1934², era que os hutus eram em sua maioria agricultores e os tutsis donos de muitas terras e gados, assim: “hutu servo e tutsi senhor”, como descreve Chrétien (2017).

No período pré-colonial o grupo que estava em dominância era os tutsis, chefes de estado e reis eram tutsis, os tutsis dominavam essa área política, enquanto os hutus cuidavam em sua maioria da agricultura. Mesmo com um rei tutsi no poder, trazia-se a abordagem de que os grupos viviam em “unidade” com base no rei, o patriotismo, era proibido a discriminação, todos deveriam se reconhecer como um corpo, família banyarwanda.

Embora houvesse a classificação dos subgrupos, todos se viam como uma única população ruandesa, onde não se permitia distinção de cor ou traços, mas uma vivência baseada na unidade mesmo em caso de submissão aos seus senhores em função do trabalho, como citado anteriormente. Não havia guerra étnica entre eles, isso é, situando antes do período um pouco mais de 1900, era proibido manter alguém longe por causa de sua altura ou sua cor e o rei tentava assegurar a unidade entre eles, como destaca Shyaka:

During the pre-colonial era, the Hutus, Tutsis and the Twas of Rwanda human groups swore allegiance to the same monarch, "Umwami", had the same culture, the same language "Ikinyarwanda" - and lived together on the same territory from time immemorial. That set of links was also an important element of social cohesion. Everybody recognized one another as being Banyarwanda and each recognized the other as having the right to be a Munyarwanda.³ (SHYAKA, 2005, p.8).

É notório que os tutsis assumiam as posições de maiores destaques, o rei se encarregava de disseminar entre a população o patriotismo, fomentava a ideia de igualdade onde não existiam tutsis e nem hutus, mas ruandeses, que não havia distinção de pessoas ou discriminação, participavam conjuntamente da questão social e econômica do país. Ainda que fosse evidente a diferença social entre os grupos e os destaques aos tutsis, tendo sua maioria ocupando cargos administrativos ou a própria monarquia ser tutsis, todo esse contraste sobre a preponderância hutu representando 85% da população, o rei transmitia a mensagem de que todos eram uma única casta banyarwanda, deviam viver entre si e em harmonia, independente

² Seguindo a referência do senso demográfico.

³ Tradução livre: Durante a era pré-colonial, os grupos humanos Hutus, Tutsis e Twas de Ruanda jurou lealdade ao mesmo monarca, "Umwami", tinha a mesma cultura, a mesma língua "Ikinyarwanda" - e viviam juntos no mesmo território a partir do tempo imemorial. Esse conjunto de ligações também era um elemento importante da coesão social. Todos se reconheciam como sendo Banyarwanda e cada um reconhecia o outro como tendo o direito de ser um Munyarwanda.

do grupo pertencente, seja hutu ou tutsi, todos eram um só corpo banyarwanda (Republic of Rwanda, 1999).

Mesmo com toda tentativa de amenizar a ideia de superioridade e propagação de igualdade aparentemente não teve tanto êxito, uma vez que o reflexo de um grupo bem favorecido era crescente, principalmente no período monárquico⁴. Para além de uma questão social esbarra a aparência física, sobre esta questão, algumas abordagens distintas são encontradas para justificar a discriminação dos dois grupos que 60 anos depois se servem de critério para identificação durante o genocídio dos tutsis em 1994, onde abordaremos mais a frente.

Questão Identitária, Contraste tutsi - hutu

Embora relatos de ruandeses declarado no livro de Hatzfeld (2005) afirmem que as diferenças físicas entre eles nunca foram uma questão conclusiva, a definição ordinária que todos do grupo tinham. Alguns estudiosos definem com bases em estudos as características físicas, trançam-se diferenças com base nos arquétipos como estratégia de discriminar os dois grupos (tutsis, hutus): tom de pele, formato do nariz, queixo, cabeça, dentre outros que dividem questões, sendo estes os mais evidenciados entre os autores estudados.

Os estereótipos que cercam os dois grupos, começam pela ideia hamítica da bíblia, onde assemelham os tutsis e hutus aos irmãos Abel e Caim filhos de Adão que cuidavam dos gados e terras respectivamente. Ao entendimento da história bíblica desses personagens, tal comparação não era bem vista para os hutus, uma vez que Caim é um amaldiçoado por Deus, enquanto Abel ganha a graça do seu Senhor, quando estes foram ofertar como de costume na época, entregar a Deus o melhor do fruto do seu trabalho.

Semelhantemente outra simbologia bíblica é comparada a origem dos habitantes de Ruanda, neste caso os hutus com a história de Cam, filho amaldiçoado pelo seu pai Noé após saber que o vira nu e espalhará o espetáculo entre seus irmãos, assim, condenando-o a servidão. São histórias ligadas/utilizadas para descrever a história de servidão na África, sobretudo a origem dos grupos majoritários em Ruanda, teoria de John Hanning Speke⁵ em 1863, uma geração hamítica (GOUREVITCH, 2006).

Sobre as diferenças físicas o mesmo autor traz a descrição dos tutsis, chamados por hamitas como pessoas de 1,90m de altura, erguidos, nariz reto, testa alta, lábios finos; Os

⁴ O período da monarquia em Ruanda vai até 1959 com a morte do rei Mutura Rudahigwa.

⁵ John Hanning Speke, explorador inglês conhecido por propor a ideia hamítica em 1863. Ideia que serviu de base para os missionários europeus assimilar propagar na população ruandesa.

hutus ele destaca como negros que possuem características distintas, nariz achatado, lábios espessos, testa curta, crânio braquicéfalo. A teoria de Speke defendia que os tustis eram de origem caucasiana⁶, brancos de peles negras, ideia defendida e perpassada ao longo dos anos, colocando sempre os hutus com imagem inferiorizada, em situação de desfavorecimento diante dos tutsis que devido a sua diferença física como foi citado, eram vistos como raças superiores destinadas desde sua origem a reinar, como destaca abaixo:

“Os batutsis (tutsis) estavam destinados a reinar, seu simples porte já lhes garante, sobre as raças inferiores que os cercam, um prestígio considerável... Não causa espanto que os bravos bahutus (hutus), menos espertos, mais simples, mais espontâneo e mais confiante, tenham se deixado subjugar sem ao menos esboçar um gesto de revolta” (CHRÉTIEN 2017, p.180 apud RYCKMANS, 193, P.6-7).

Ainda que Speke nunca tenha pisado em Ruanda, sua teoria hamítica enraizou a identidade da população ruandesa como um *leitmotiv*, cria-se uma ideologia de ascendência tutsi juntamente com a ideia de semelhança com europeu baseada em sua estrutura física, como reforçou o Padre François Ménard em 1917: O tutsi “é um europeu sobre pele negra” (ibidem, p. 179).

Contrapondo a teoria de Speke, que defendia uma origem baseada no caucasiano, a origem europeia, Jean Hiernaux (1977) biólogo e antropólogo, defendia que os tutsis pudessem ser os antigos africanos do oriente, que a diferença física que a teoria de Speke defendia era advinda de uma adaptação e sobrevivência num clima seco e árido ao longo dos milênios. Assim com base em evidência genética e arqueológica, ele conclui que embora o tutsi fosse mais alto, cabeça longa e estreita, seu tom de pele era mais escuro e lábios mais grossos que a dos hutus.

Though Tutsi were on the average taller than Hutu, they were in most respects more different from Europeans than were Hutu: after all, they were darker than the Hutu in skin color, had thicker lips, while their hair was almost as "spiraled" as that of the Hutu. This was a tendency towards general elongation of the physical features: long and narrow heads, faces and noses, narrow thorax and shoulders relative to the stature; even the limb diameters are small when related to limb length⁷ (MAMDANI 2002, p.47).

⁶ Caucasiano: Termo criado por Christoph Meiners no século XVIII para definir classe racial com origem no continente europeu.

⁷ Tradução: Embora os tutsis fossem em média mais altos que os hutus, eram em muitos aspectos mais diferentes dos europeus do que os hutus: afinal, eram mais escuros do que os hutus na cor da pele, tinham lábios mais grossos, enquanto os cabelos eram quase tão "espiralados" quanto a dos hutus. Esta foi uma tendência para o alongamento geral das características físicas: cabeças longas e estreitas, faces e narizes, tórax estreito e ombros em relação à estatura; até mesmo os diâmetros dos membros são pequenos quando relacionados ao comprimento do membro.

Ainda sobre capítulo dois do livro *“When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda (2002)”* ao destacar o contraste que cercavam a identidade dos grupos, endossa com a conclusão do geógrafo social francês Dominique Franche que pontua que esta alteridade está relacionada ao diferente estilo de vida que cada grupo tinha *“The difference in height can be explained by their different lifestyles and eating habits, and by the fact that Tutsi noblemen, unlike Hutus, did not till the land”* (idem p.45)⁸.

Embora Jean Hiernaux trace os tutsis como de peles mais escuro e lábio mais grosso que os hutus, as bibliografias recentes sobre a identidade dos grupos é vista sempre como: tutsis de traços finos, cor de pele um pouco mais clara, nariz mais estreito e corpo erguido, como podem observar na leitura abaixo, *“Hutus mais escuros e nariz lábios mais grossos”*.

Mesmo com toda uma problemática esteja relacionada à diferença desses dois grupos, entre eles essas distinções não eram tão nítidas como percebemos na leitura de Jean Hatzfeld e Philip Gourevitch, significantes o suficiente para se tornar ponto de decisão para distinção, quer tutsis, quer hutus, eram todos banyarwanda, como destacada o livro de Philip Gourevitch (2006) *“Nós não conseguimos nos distinguir uns dos outros”*, a identificação quanto ser quem, estava baseada na leitura do registro de identidade ou pela convivência que uns tinham como os outros, mas não exatamente pelos traços físicos.

Uma vez que não era características nítida de todo o grupo, como ainda destaca Gourevitch, tinha hutus que eram confundidos com tutsis pela sua aparência física e vice-versa. Talvez esse contraponto justifique a contradição baseando-se na seleção da amostra utilizada por cada autor citado.

[...] Para os hutus, rostos sólidos e redondos, pele escura, nariz achatado, lábios grossos e mandíbulas quadradas; para os tutsis, rostos delgados e compridos, pele não tão escura, nariz estreito, lábios finos, queixo estreito. A natureza fornece incontáveis exceções. *“você não consegue nos distinguir uns dos outros”*, disse-me Laurent Nkongoli, o imponente vice-presidente da Assembleia Nacional (Ibidem, 2006, p. 48).

Hutu e Tutsi, uma questão social

Michel Sitbon, jornalista francês, em seu livro *“Un génocide sur la conscience”*, traz a referência dos tutsis como uma raça superior, os chamados brancos de pele negra⁹. Essa definição se acentuava cada vez mais devido ao favorecimento pelo monopólio do poder

⁸ Tradução livre: "A diferença de altura pode ser explicada por seus diferentes estilos de vida e hábitos de pesca, e pelo fato de que os nobres tutsis, ao contrário dos hutus, não cultivavam a terra".

⁹ Ruanda, um genocídio na consciência, tradução Conchita Martins, Lisboa, 2000. Michel Sitbon utiliza desse termo para relatar a prática da colonização no favorecimento dos tutsis.

baseado principalmente pela “herança” monárquica e os privilégios que com colonização fortalecia o grupo que liderava o país no período.

Desde os fins do século XIX, os tutsis tinham sido descritos como uma raça superior – “brancos de pele negra”, como se dizia [...] Todavia esta alucinação antropológica não evitara que se percebesse que se tratava, sobretudo de uma aristocracia. A colonização, ao praticar uma política de segregação em benefício dos tutsis, reforçava muitíssimo essa característica, infantilizando o “bom povo hutu” – “bom” para trabalhar – e idealizando da mesma maneira os “nobres tutsis” – bons para dirigir (SITBON, 2000, p.21).

Assim, pertencer a uma categoria tutsi era sinônimo de prestígios, elegância, e superioridade. Ser tutsi era sinônimo de riqueza, status, na época da monarquia era possível ao hutu de renda financeira considerável se tornar um tutsi, da mesma forma um tutsi que tinha suas finanças rebaixadas passavam a ser reconhecido como hutu, como destaca o site da ONU¹⁰:

Prior to the colonial era, Tutsis generally occupied the higher strata in the social system and the Hutus the lower. However, social mobility was possible, a Hutu who acquired a large number of cattle or other wealth could be assimilated into the Tutsi group and impoverished Tutsi would be regarded as Hutu
(ONU, 21-)

Ainda no período monárquico, embora houvesse embates sobre essas distinções, hutus e tutsis comungavam e casavam entre si, possibilitando um hutu se tornar tutsi com base no casamento ou mesmo aquisição financeira e vice-versa, aparentemente era uma questão mutável, permitindo aos hutus a possibilidade de adquirir status que o título tutsi rendia. Motivo que levava muitos hutus a desejar para si mulheres tutsis a fim de agregar valor social, também as mulheres tutsis eram reconhecidas por serem mais belas e delicadas (SITBON, 2000).

Segundo a análise de Mahmood Mamdani (2016) ainda na época que antecedeu a colonização um hutu próspero poderia se tornar tutsis ao longo de várias gerações seja por meio do casamento ou aquisição financeira, demonstrando que a cisão tutsi e hutu versava principalmente como uma problemática social, ser tutsis estava ligado a poder aquisitivo, status. Demonstrando ser uma característica de desigualdade, assim reversível, condição de

¹⁰ Tradução: Antes da era colonial, os tutsis geralmente ocupavam as camadas mais altas do sistema social e os hutus, os inferiores. Contudo, a mobilidade social era possível, um hutu que adquirisse um grande número de gado ou outras riquezas poderia ser assimilado ao grupo tutsi e os tutsis empobrecidos seriam considerados hutus.

Rwanda: A Brief History of the Country. Disponível em:

<http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/education/rwandagenocide.shtml>

estado e não ser; como destaca Barros (2009)¹¹, ao explicar a condição temporária de um individual. Apoiado nessas análises nota-se que por muitos anos, antes do período colonial, a questão tutsi e hutu são envolvidas pelas ideologias do surgimento com base na diplomacia instalada pela valorização grupal, que na época era exaltada pela monarquia e os favorecimentos que a coroa trazia ao tutsi com título de nobreza.

A misticidade em torno bíblia trazido e pregoado desde Speke, “inutilizando” o grupo hutu e assim gerando faíscas que ganharam destaques ao longo dos anos, juntamente a chegada da colonização que com a implantação da identificação étnica no registro de identidade, acentua as diferenças entre os grupos no país.

O período de 1931 marca a identificação dos grupos

Durante a conferência de Berlim em 1884-1885 a África passa por um momento de divisão entre as sete potências europeias, iniciando o processo de colonização, conhecida como a partilha da África. Em Ruanda a primeira aparição europeia aconteceu em 1894 com o explorador alemão Gustav Adolf von Götzen¹² Pouco depois Alemanha ganhou a autoridade para administrá-la, mas perde o território após sua derrota na primeira guerra mundial em 1918, passando como protetorado da Liga das Nações para os belgas¹³.

Segundo o documento Office of the President of Rwanda (1999) com a colonização, o rei perdia destaque gradativamente, suas atividades passará a ser contestadas pelos belgas, como dar ou retirar vacas, entre outros benefícios que detinha a monarquia, fazendo com que sua imagem fosse desprezada e trocada pela presença do colonizador, tornando o rei apenas uma questão simbólica, abaixo da liderança belga. Dessa maneira a colonização em Ruanda chega por meios de liderados, a presença belga servia-se do nwami¹⁴ para governar indiretamente, como fica claro no mandato do nwami Mutara Rudahigwa¹⁵.

O ano de 1931 marca o período colonial na história de Ruanda com a introdução das carteiras de identidade discriminando etnias, como destacado no capítulo 10 do livro “O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas (2016)”, por Mahmood Mamdani. Este autor expõe que a colonização ao chegar a Ruanda reconhece

¹² Gustav Adolf Von Götzen, primeiro branco a entrar em Ruanda, em 1894. Em 1897 a Alemanha instala seus primeiros postos administrativos e institui uma política de governo indireto em Ruanda no já existente sistema administrativo da corte (GOUREVITCH, 2006, p. 52).

¹³ Alguns autores como Danilo Fonseca (2016) dentre outros, aborda o período belga a partir da vitória na segunda guerra mundial, mas de acordo com Jean Hatzfeld (2005) os belgas assumem sobre mandato oficialmente a partir de 1921.

¹⁴ Nwami, rei.

¹⁵ Mutara Rudahigwa assume a coroa em 1931 após a morte de seu pai.

os grupos como raças, onde os hutus não eram civilizados e os tutsis eram agentes de civilizações, com base nisso Nigel Eltringham (2015) afirma o processo de racialização que culminou no período de 1933-1934 com o censo demográfico atribuindo a um rótulo etno-racial, onde as crianças herdaria a identidade de etnia do seu pai.

Essa ideia de chamada civilização e subordinação entre grupos eram destacadas principalmente pela ideia hamítica, onde os missionários tiveram grande participação no processo de diferenciação desde a colonização alemã, disseminando semelhança dos tutsis com os brancos “O tutsi é um europeu de pele negra” – conforme o já referido padre François Ménard (1917). Assim também, o padre Léon Classe, acreditava nessa visão de tutsi como raça conquistadora, relacionando a aproximação aos personagens bíblicos, descendentes de Noé como dito anteriormente, atestando a superioridade que o grupo (tutsis) exercia sobre o outro (hutus) (CHRÉTIEN 2017), como também destaca Nigel Eltringham:

The Belgian authorities (with a significant input from Roman Catholic missionaries) intensified the existing process of hierarchialization with a form of indirect rule that devolved new forms of power and wealth accumulation to the chiefs, accelerating the crystallization of social distinction begun at the end of the nineteenth century. All of these practical changes were underpinned by a racial, social evolutionary ideology: the ‘Hamitic hypothesis’, which asserted that African ‘civilization’ was due to racially distinct ‘Caucasoid’ invaders from the north/north-east of Africa. (ELTRINGHAM, 2015, p. 162)¹⁶

Utilizando o processo de identificação a colonização ao diferenciar e colocar os tutsis em evidencia atinge o proposito de fortalecer as relações com a monarquia tutsi, destaca Fonseca (2016): “A proximidade dos tutsis com os europeus no âmbito racial também é revertida em questões políticas, já que a partir de sua suposta superioridade os tutsis são postos como “conquistadores” que foram destinados a governar”.

A ideia de superioridade agradava muitos a monarquia, certos de que favorecia sua coroa e afirmava sua posição de liderança, mesmo com a chegada da colonização. O colonialismo nesse quesito não enfraquecerá a monarquia, mas ressaltava a soberania tutsi diante dos hutus, baseada na ideologia de superioridade observada por médicos, antropólogos e autoridades religiosos, onde a igreja católica (missionários) teve participação significativa.

¹⁶ Tradução Livre: As autoridades belgas (com uma contribuição significativa de Roman Missionários católicos) intensificaram o processo de hierarquização existente com uma forma de governo indireto que transferiu novas formas de poder e acumulação de riqueza aos chefes, acelerando a cristalização da distinção social iniciada no final do século XIX. Todas essas mudanças práticas foram sustentadas por uma ideologia racial e evolucionista social: a "hipótese de Hamitic", que afirmava que a "civilização" africana era devida a invasores "caucasóides" racialmente distintos do norte / nordeste da África.

A catequização religiosa foi um ponto central na distinção de tutsis e hutus, já que padres e bispos ensinavam e proclamavam que a população tutsi era superior e mais benquista por Deus, o que agradava a monarquia ruandesa.

(FONSECA, 2016, P.230 apud MAMDANI, 2002, p. 80).

As distinções dos grupos como supracitado nos trechos acima, foram muito importantes para a elaboração dos registros de identificação segundo o grupo tutsi, hutu, twa, o que permitia a elevação ou rebaixamento de “títulos” segundo sua posição. Com a introdução das carteiras de identificação percebe-se que um véu se abre sobre como os grupos que se percebem indiferentes diante a presença do colonizador e a posição que lhes foram atribuídas e perpetuadas ao longo dos anos, o que antes parecia uma questão de posição, grupo, passa a ser visto como raça, distinção e separação, como visto no início desta leitura.

No período que antecede a colonização, existia a possibilidade de uma determinada pessoa de um grupo migrar para outro através da posse e vice-versa, agora a questão era racial, imutável, uma vez tutsis, sempre tutsis, sistema que fortalecia a superioridade tutsi, tornando virtualmente impossível aos hutus se transformar em tutsis, e aos belgas aperfeiçoar a administração de um sistema de segregação enraizado no mito da superioridade tutsi (GOUREVITCH, 2006, p. 55).

Toda essa cordialidade belga para com os tutsis começa a mudar de intenção, quando estes passam a exprimir interesse na independência do país, fazendo com que a Bélgica mudasse sua estratégia de liderança e passasse a apoiar os hutus. A independência de Ruanda é marcada pela revolução hutu em 1959, dando início o fim da supremacia tutsi e abertura a uma série de conflitos e perseguições, que antecederá a primeira eleição legislativa, a proclamação da independência em 1962, que seguirá uma constante até a culminação do genocídio em 1994 que ceifou mais de 800 mil vidas em Ruanda.

Considerações Finais

Podemos concluir com base nas fontes analisadas que as diferenças entorno dos grupos tutsis e hutus são características desde o tempo pré-colonial, que embora não seja visivelmente fácies de relacionar no quesito traços físicos, era uma condição existente, da mesma forma a diferença social.

O período colonial torna a questão indenitária em Ruanda mais intenso, dando continuidade à supremacia tutsi e intensificando a dessemelhança com a chegada da carteira

de identidade étnica em 1931, como evidenciado. Com isso uma separação total entre tutsis e hutus que embora já tivesse suas diferenças antes do período colonial, neste novo cenário a condição muda; percebem-se em balanças diferentes; a supremacia e a desvalorização crescente e imutável que a chegada das carteiras de identidade rompeu.

Assim, parafraseando Hatzfeld (2005) Dizer que a colonização trouxe a guerra ou mesmo inventou os privilégios é um caminho muito rudimentar para uma problemática como esta, mas os motivos para tal caberia essa aplicação ao colonialismo, como destacado por Mamdani: “O colonialismo belga não inventou o privilégio dos tutsis. Já havia privilégio tutsi antes do colonialismo. Então o que havia de novo no colonialismo belga? Não o privilégio tutsi, mas a justificativa para ele.” (MAMDANI, 2016. p. 405).

BIBLIOGRAFIA

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. Hutus e tutsis no Ruanda e no Burundi. In.: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (Coleção África e os Africanos). (p. 169-212)

BARROS, José D'Assunção. A Construção Social da Cor. Petrópolis: Vozes, 2014.

ELTRINGHAM, Nigel. Display, concealment and 'culture': the disposal of bodies in the 1994 Rwandan genocide. In: DREYFUS, Jean-Marc; ANSTETT, Élisabeth. Human remains and mass violence: Methodological approaches. Manchester: Oxford University Press, 2015. p.161-180.

FONSECA, Danilo. África entre classes e etnias: África do Sul (1948- 1994) e Ruanda (1959-1994). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

FONSECA, Danilo. Etnicidade de hutus e tutsis no manifesto hutu de 1957. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, p.221. 2016.

P.2237-8871

GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HATZFELD, Jean. Uma Temporada de Facões: Relatos do Genocídio em Ruanda. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. In: ANYIDOHO, Kofi; LAUER, Helen. O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG, 2016. P.383-418.

MAMDANI, Mahmood. When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

Rwanda. Office of the President. The Unity of Rwandans: Before the Colonial Period and Under the Colonial Rule, Under the First Republic, 1999.

SHYAKA, Anastase. The Rwandan Conflict. Origin, Development, Exit Strategies.. Kigali: The National Unity and Reconciliation Commission. 2005.

SITBON, Michel. Ruanda: Um genocídio na Consciência. Tradução: Conchita Martins. Lisboa: Dinoussauro, 2000.

ZHANG, Yumeng. Thinking Beyond Ethnic Hatred: An Examination of the State's Mobilizations during the Rwandan Genocide of 1994. Duke University, 2016. Disponível em: <https://dukespace.lib.duke.edu/dspace/bitstream/handle/10161/11888/Yumeng-Rwanda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 30.mai.2018.